



## POLÍTICA DE LÍNGUA: UMA REFLEXÃO A CERCA DA PROPOSTA REFERENTE AOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS DO SÉCULO XX

Luana Zanon<sup>1</sup>

Nossa proposta de trabalho, inscrita no projeto intitulado Língua, Sujeito e Memória, o imaginário da língua do/no Brasil, está sendo desenvolvida através de reflexões a cerca do período que corresponde à chamada Era Vargas. Procuramos analisar como o discurso referente às políticas de língua é constituído e materializado em documentos que tratam da questão da unidade da língua como, por exemplo, os Acordos Ortográficos, e, a partir desses, de que maneira a produção discursiva colabora para a construção de um imaginário de identidade nacional centrado na ideologia dominante do século XX.

Pensar a constituição de um imaginário sobre identidade nacional nos faz transitar por diferentes espaços de tempo, marcados tanto linguístico, quanto literariamente, defendemos aqui que língua e literatura caminham juntas e dialogam entre si. A partir disso, vamos apresentar as condições de produção, que envolvem a trajetória histórico-linguística da estruturação do saber sobre a língua, elencando alguns períodos dessa trajetória que, ao nosso entendimento, são essenciais para se pensar a respeito da constituição do saber linguístico e da construção de um imaginário de nacionalidade.

Primeiramente, buscamos a produção de saber sobre a língua construída em meados do século XVI a fins do século XVIII, período correspondente ao Brasil Colônia. A produção do saber linguístico tem início, segundo José Horta Nunes (1997), com os relatos de viajantes, nos quais podemos encontrar o registro do cotidiano, da natureza, dos costumes e do léxico dos habitantes indígenas pertencentes à terra brasileira. Documentos como a Carta de Caminha, os registros de Hans Staden e os Tratados de Cardim molduram, de acordo com Nunes (1997) “unidades de significação” construídas por elementos não só da língua portuguesa, como também da língua indígena, através de um processo referencial, em que há o registro do espaço geográfico e social brasileiro, ainda que sob o olhar estrangeiro. Tais relatos desencadeiam processos de significação, identificação, nomeação entre o objeto (de relato) e a palavra materializada.

Ainda no século XVIII, podemos recuperar um fato importante para se pensar a unidade da língua. O ensino, a gramatização e o crescente uso da língua geral, proporcionados pela evangelização condicionada pelos padres jesuítas (e conseqüentemente não controlados pelo poder real português), acabou tornando-se um empecilho para a colonização portuguesa, produzindo “comunidades discursivas” divergentes ao uso e ao entendimento da língua da metrópole (cf. MARIANI, 2004). Eis que coube a Marquês de Pombal intervir (a partir de condições externas - medidas de caráter sócio-político) e tornar obrigatório o uso do português aquém mar; proibindo,

---

<sup>1</sup> Aluna do sexto semestre de graduação do curso de Letras-Português e Literaturas da língua portuguesa da UFSM e orientanda de Iniciação Científica da Professora Dra. Amanda Eloina Scherer.



assim, o uso, falado ou escrito, de qualquer outra variante linguística. Paralelamente a esta imposição linguística, deu-se a expulsão jesuítica do território brasileiro.

Com a institucionalização da unicidade da língua por Pombal, as escolas brasileiras passaram a ler e escrever em português, configurando assim o primeiro momento a se pensar em um ensino normativo do idioma português no Brasil. A reforma proposta e vigorada por Marquês de Pombal impõe o aprendizado único da Língua Portuguesa, excluindo qualquer outra variante linguística. A partir da imposição e homogeneização da língua portuguesa temos o início de um apagamento da memória da língua indígena, ou melhor, a constante submissão linguística do colonizado em face ao colonizador. Conforme Mariani (2004), a instauração de uma política linguística capaz de silenciar a história de seus falantes constitui a tomada de posição de instâncias de poder, como, no caso, a Metrópole Portugal e a Igreja Católica, direcionando seu olhar para a regulação de ações político-econômico-sociais através de práticas linguísticas.

Com a Independência do Brasil em 1822, criou-se uma resistência frente à subordinação de Portugal, assim, o século XIX é um segundo momento importante para se pensar a respeito da e sobre a língua. Iniciou-se o século XIX sem uma uniformização da língua escrita, porém, o mesmo fora atravessado por uma espécie de “homogeneização decorrente da convergência natural entre práticas linguísticas” (PAGOTTO, 2007, p.38). Com a difusão da imprensa, o crescimento e a disseminação da escrita atingem um público maior de leitores, o período Romântico brasileiro registra essa crescente publicação de obras e autores nacionais. Com a emergência de uma nação e a crescente busca por referencial identitário, os escritores do Romantismo idealizavam a exaltação da natureza, a religião, o resgate da memória indígena, até então silenciada, e, principalmente, a manifestação do dever patriótico, que “levava os escritores não apenas a cantar sua terra, mas a considerar suas obras como contribuição ao progresso” (CANDIDO, 1981, p.10). Como exemplo, temos José de Alencar, que absorveu uma temática nacionalista em seus escritos, chegando a esboçar um vocabulário com registros da fauna e flora local, sempre exaltando as terras brasileiras. Frente ao viés linguístico, o século XIX foi determinante para se discutir o papel da língua na transferência de um sistema de subordinação colonial, para o sistema de vigência de uma nação.

De acordo com Souza e Mariani (1996), havia, no século XIX, duas posições divergentes quanto à questão da língua. De um lado, os conservadores, “aqueles que defendiam a manutenção da língua como um legado de Portugal” (SOUZA e MARIANI, 1996, p. 85) e, de outro, os “renovadores” que visionavam resolver a questão da (des)ordem ortográfica marcada pela divergência entre a língua falada e a língua escrita. Um exemplo a ser lembrado é a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897) que reuniu intelectuais, pertencentes ao segundo grupo, os quais sistematizaram a discussão a cerca da unidade da língua.

A entrada de Getúlio Vargas no poder ocorreu em meados do século XX, mais precisamente no ano de 1930, registrando a política de um governo totalitário e autoritário, que configura a conquista do poder não apenas por táticas governamentais, como a ascensão da classe oligárquica, as lutas populares sociais, mas também através da visionária inscrição de práticas governamentais,



como a construção de um imaginário de identidade nacional voltando-se à unificação da língua, esta como condição de elemento indispensável na conservação e organização da cultura, que solidificam a condição totalitária do governo Vargas.

Assim como todo governo totalitário, a busca por uma homogenia se fez presente na proposta de governar, de Getúlio Vargas. A imposição de uma língua predominantemente nacional, que revelasse a identidade brasileira era o centro de seu projeto nacionalizador, ou seja, a política de língua do governo getulista marca a busca de ideais nacionalistas unicamente em torno da questão da língua portuguesa. Exemplo desse processo fez-se refletir na esfera educacional, fazendo com que a elaboração de um Plano Nacional da Educação concretizasse as ações políticas que, segundo Zandwais (2005, p. 10), ganham destaque através do

somatório de práticas políticas de sedução da classe proletária, as quais se concretizam através de discursos de aliança que visam à inserção do operariado no contexto educacional brasileiro e que convertem os deveres do Estado em benefícios concedidos à classe proletária através de ações como a promoção de instrução gratuita para os operários, a multiplicação de escolas noturnas e a distribuição de livros didáticos para os alunos das escolas públicas, subsidiada pela criação de fundos especiais no orçamento federal.

A partir da iniciativa totalitária de Vargas, que propunha a obrigatoriedade e frequência de crianças e jovens às escolas instituídas pelo governo para que mais rápido se propagasse o uso da língua nacional, planos de ensino foram reorganizados, passando a instituir a “obrigatoriedade do ensino das línguas portuguesa, francesa, inglesa e latina” (CAMPOS, 2006, p.105). Não só a educação foi readaptada à visão totalitária de Vargas, mas também eixos referentes ao processo identitário nacional se concretizaram nos limites impostos ao sujeito estrangeiro, sua comunidade e sua língua.

A Campanha de Nacionalização se edificou em proibições e sanções no uso da língua que não fosse a nacional, no ensino das escolas particulares, na veiculação de jornais e periódicos, nas associações culturais e recreativas e em outras formas de expressão das culturas estrangeiras consideradas inimigas da ideologia de identidade nacional.

Através de três pontos-chave podemos pensar sobre a constituição de uma nação, são eles: língua, espaço geográfico e etnia. Podemos refletir sobre esses três pontos na política idealizante de Vargas, no que tange, especificadamente, à preocupação com possíveis formações de núcleos raciais, grupos linguísticos, vinculações com o exterior e também o desrespeito a medidas de cunho nacionalistas. Essas possíveis manifestações prepararam o governo a intervir nas regiões em que se concentravam núcleos de estrangeiros imigrantes e seus descendentes, tentando apagar deles a memória histórica em torno de suas línguas e nacionalidades e edificando uma memória nacional brasileira, que é moldada aos ideais sócio-governamentais idealizados pelo governo vigente. O silenciamento desses sujeitos não acarretou a perda da memória de suas línguas.

Nosso olhar, porém, se volta mais precisamente a partir do momento que vigora o primeiro acordo ortográfico oficial de unificação linguística entre Brasil e Portugal. De que forma a relação



entre prática e política linguística se materializa na unificação do primeiro acordo ortográfico entre esses dois países de língua portuguesa?

De acordo com Souza e Mariani (1996), o primeiro projeto brasileiro de reforma ortográfica data de 1907, proposto através da Academia Brasileira de Letras. Essa reforma, que foi complementada em 1912, parece ter recebido mais críticas do que aceitações, o que, de certo modo, torna-se compreensível, uma vez que se tratava de uma atitude inovadora e polêmica. A proposta de uma reforma ortográfica tratava-se, certamente, de uma necessidade nascida da observação de fatos cada vez mais frequentes na época, como a grande quantidade do registro de variantes gráficas que ocorriam mesmo na escrita da língua culta.

No século XX, com o crescimento do mercado editorial e também com as constantes trocas literárias entre Brasil e Portugal, a questão da “desordem” gráfica tornou-se insustentável, ocasionando todo um processo que objetivava estabelecer a unificação ortográfica entre as duas principais nações falantes do português – Brasil e Portugal. A década de 1920 é de grande importância para pensarmos a afirmação do nacionalismo linguístico brasileiro, como podemos perceber no livro intitulado *A Língua Nacional*, de João Ribeiro. No campo literário, temos a influência da Semana da Arte Moderna (1922), que acarretou em uma revolução da linguagem e da arte no Brasil, visão antropofágica a respeito da arte. O escritor Mário de Andrade, a partir de 1922, idealiza sua *Gramatiquinha* e atravessa toda a década de 20 coletando material para a materialização da mesma, num projeto minucioso de independência lingüística. Com isso, podemos refletir sobre a influência de escritores modernistas, como renovadores não só na estética literária, mas também da linguagem e da construção de um imaginário nacional.

Como supracitado, ao final do século XIX e início do século XX, procurando uma melhor “harmonia” entre as ortografias atuantes em território brasileiro e em território lusitano, linguistas tanto aqui, quanto além mar, dedicaram-se a formular um sistema simplificado da escrita, que beneficiaria ambos os países de língua portuguesa. Destarte, com a intenção de solucionar o problema da então “desordem linguística”, a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia de Ciências de Lisboa propuseram no ano de 1931 um modelo simplificado de escrita. A reforma ortográfica só foi efetivada a partir da intervenção do governo brasileiro e da profusão de decretos que tentavam regulamentar o uso da ortografia portuguesa, que tornou oficial o acordo firmado em 1931.

O período seguinte à década de 30 é caracterizado por uma série de publicações de vocabulários ortográficos e novos acordos que buscavam normatizar as leis ortográficas, dando-lhes um aspecto mais sistemático e oficial. Com isso, mais dois acordos circularam entre Brasil e Portugal. O de 1943, recebendo grande aceitação dos membros da ABL e o de 1945, iniciativa lusitana que recebeu grande apoio político no Brasil ao final do governo Vargas.

O nosso objetivo central, portanto, é propor uma reflexão a cerca do período que corresponde aos anos de 1931 a 1945, em que visamos à questão da unificação da língua por meio de uma ortografia única, concretizada entre duas nações falantes do português, no entanto com variantes,



história e culturas próprias. Admite-se uma produção gramatical independente (que teve início no século XIX, mais precisamente com a publicação da *Gramática Portuguesa* (1881), de João Ribeiro), bem como a produção de dicionários por brasileiros, mas não uma ortografia diferenciada. Nesse sentido, nossa proposta é, considerando as condições históricas que deram início a discussão sobre a ortografia no/do Brasil, refletir sobre os fatores que contribuíram para inserir a ortografia como foco das discussões, bem como analisar as causas políticas de tal prolongamento para se chegar a um acordo sobre a questão ortográfica. Norteadas, a princípio, por um forte sentido de nacionalidade, estas discussões ganharam estrutura durante o século XIX e acabaram compondo as previsíveis discussões sobre a ortografia, quando então o sentido de independência linguística adquire, inclusive, foros de legalidade, com a publicação de decretos e a realização de acordos ortográficos que davam a tônica dos debates. Com efeito, estabelecer uma unificação ortográfica da língua portuguesa foi, desde sempre, uma das principais preocupações de nossos gramáticos, quase que uma condição prévia de todo o processo de normatização linguística.

Segundo Silva (2008), pode-se dizer que grande parte da discussão em torno da ortografia da língua portuguesa - como, de resto, em torno da própria língua - redundava na tentativa de afirmação nacionalista de uma vertente brasileira da língua, em franca oposição à vertente lusitana. O ponto chave, que envolve os acordos ortográficos referentes ao século XX, concentra-se na necessidade de se estabelecer um sistema ortográfico condizente com as peculiaridades de preceitos políticos idealizados pelo governo Vargas, para que, assim, se pudesse resolver a um só tempo o antigo problema linguístico que se impôs ao país e o anseio por uma independência linguística que acabava tendo implicações indiretas no nosso caráter nacional.

O presente trabalho encontra-se em andamento e é a partir dos levantamentos expostos ao longo do escrito que procuramos refletir sobre o espaço de discursivização referente à proposta dos primeiros acordos ortográficos, que buscavam unificar a unidade da língua entre Brasil e Portugal. Tendo em vista que a construção de uma consciência nacional trabalha com o processo de homogeneização de “aparelhos” simbólicos, a proposta da Campanha de Nacionalização, idealizada pelo totalitário governo de Vargas, centra-se na questão da língua (como capital simbólico) e, a partir dessa, “fabrica” uma consciência identitária, calcada no imaginário de nacionalidade, que é construído a partir do silenciamento da heterogeneidade tanto linguística, quanto étnico-cultural, assim como no apagamento de uma memória histórica da língua, em busca da construção de uma memória nacional, de uma língua nacional. Questionamo-nos, a partir disso, até que ponto a “ditadura” linguística, que presentifica o imaginário de superioridade de um povo sobre o outro, resiste no tempo? Qual espaço político que a língua ocupa na sociedade?

### **Referências Bibliográficas:**

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
V SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
O acontecimento do discurso: filiações e rupturas  
Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2011

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

NUNES, José Horta. *Formação do léxico e saber linguístico*. In: Revista Relatos nº5, 1997. Disponível em: [http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_05.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html) Acessado em: 17 de agosto de 2011.

PAGOTTO, Emilio Gozze. *O lingüista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos*. In: ORLANDI, Eni (org). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

SILVA, Maurício. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, T. C. C. ; MARIANI, Bethania. *Reformas Ortográficas Ou Acordos Políticos?*. In: Orlandi, Eni. (Org.). *Língua e Cidadania: o português do Brasil*. 1 ed. Campinas: Pontes, 1996.

ZANDWAIS, Ana. *Saberes sobre ensino-aprendizagem de língua portuguesa no Estado Novo: dos pressupostos do Plano Nacional de Educação às práticas de correção de textos no Colégio D. Pedro II*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 1 - n. 2 - p. 9-22 - jul./dez. 2005